

Economista apóia ajuste

52

O governo está certo em apresentar o ajuste fiscal, a revisão dos gastos e das receitas públicas, como o passo fundamental para derrotar a inflação. Este diagnóstico reúne representantes de correntes diferenciadas de análise, como o presidente do Instituto de Economistas do Estado do Rio de Janeiro (Ierj), José Márcio Camargo, e o coordenador do Grupo de Acompanhamento Conjuntural (GAC) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Cláudio Considera. Ambos acham que sem um início de reforma fiscal ainda em 1992, mesmo que os impactos efetivos sobre o caixa só venham no ano que vem, o país corre o risco de perder a delicada estabilidade inflacionária alcançada no primeiro semestre.

Tomando por base o índice mais completo, que combina atacado e varejo, Considera lembra que a estratégia de juros elevados e redução da oferta de moeda adotada pelo ministro Marcílio Marques Moreira

foi capaz de trazer a inflação de 27,56% para 21,39% em quatro meses. O repique para 23,61% na taxa de junho não chega a preocupar Considera, que acredita estarem dissipados alguns dos focos de pressão sobre o IGP-M, como as remarcações preventivas deflagradas pelas indústrias às vésperas da reunião das câmaras setoriais, o *efeito camarão*, ligado ao temor de um novo congelamento.

O sucesso na dissipação desse tipo de rumor, através da reafirmação da política baseada na ausência de choques (pejorativamente o *Plano Nada*)

e de juros reais salgados, não seria uma surpresa na trajetória da equipe de Marcílio. "Ao longo do primeiro semestre do ano, foi isto que nos afastou de uma retomada da hiperinflação", argumenta Camargo. O coordenador do GAC, por sua vez, atribui à equipe a recuperação de instrumentos clássicos de política monetária, com os juros para forçar a desova de estoques pelas empresas, em busca de ganhos financeiros.

A normalização das relações com os credores, que espera apenas a assinatura de um acordo final com os bancos, e a liberação total dos preços são outros saldos positivos, segundo Considera. Ele reconhece, contudo, que os setores oligopolizados mantiveram sua capacidade de impor preços, mesmo às voltas com a retração geral de consumo. Levantamento do Instituto de Economia Industrial (IEI) da UFRJ, com base nos dados disponíveis até abril, indicava que os setores

submetidos a uma competição mais intensa aumentavam menos seus preços, enquanto os segmentos oligopolizados puxavam a inflação. A recomendação do IEI era a adoção de acordos semelhantes ao obtido, com bons resultados, com o setor automobilístico. Considera, por sua vez, aposta suas fichas no efeito positivo que a aprovação de uma reforma fiscal, ainda que em versão limitada, tenha sobre as expectativas dos principais agentes econômicos, convencidos de que o governo caminharia para equilibrar suas contas.



José Camargo